

**ANO II - EDIÇÃO Nº 239 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO:** Palmas, Quinta-Feira, 09 de março de 2017.

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 156/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça PEDRO GERALDO CUNHA DE AGUIAR para atuar nos Autos nº 0007523-75.2015.827.2729 e 0006269-67.2015.827.2729, oriundos da 2ª Vara Cível da Capital, acompanhando os feitos até seus ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de março de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 157/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inc. V, alínea "h", item 2, c/c o art. 143, ambos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e conforme a regulamentação contida no Ato no 042/2011;

RESOLVE:

Art. 1º ADITAR à Portaria nº 835/2015, que concedeu férias aos Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, a seguinte escala de férias:

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO MARCADO	MOTIVO
JULIANA DA HORA ALMEIDA Mat. 130415	1º SEMESTRE DE 2016	02/05/2017 a 31/05/2017 (30)	Entrou em exercício após a publicação da Escala de Férias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 8 de março de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 158/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

Considerando a impossibilidade do Promotor designado

realizar as audiências abaixo referidas, tendo em vista o choque com outras da Promotoria da qual é titular;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria 142/2017 que designou o Promotor de Justiça JOÃO EDSON DE SOUZA para atuar nas audiências da 3ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, no dia 08 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de março de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 159/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal da titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Objeto
Jadson Martins Bispo Mat. 102710	Danilo Carvalho da Silva Matrícula nº 129415	013/2017	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE LETRAS CAIXAS, com o fim de atender as necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, conforme discriminação prevista no Anexo II – do Edital do Pregão Presencial Nº 039/2016, Processo administrativo Nº 2016.0701.00363, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de março de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 160/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010,

#### RESOLVE:

DESIGNAR o servidor RENATO ALVES DO COUTO, matrícula nº 107910, para, em substituição, exercer o cargo em comissão de Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no período de 15/03/2017 a 26/03/2017, durante as férias do servidor Ricardo Azevedo Rocha, titular do cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 8 de março de 2017.

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 161/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 132/2017, de 7 de março de 2017, formalizado pelo Magistrado Rafael Gonçalves de Paula, protocolizado sob o número 0701015509220141;

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ANDRÉ RAMOS VARANDA para atuar, cumulativamente, nos processos em trâmite pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Palmas – TO que estiverem sob a presidência do magistrado RAFAEL GONÇALVES DE PAULA, durante a vigência da Portaria nº 928/2017/PRESIDÊNCIA/ASPRE, de 24 de fevereiro de 2017.

Art. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 8 de março de 2017.

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00121

ASSUNTO: Dispensa de Licitação objetivando a locação de imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Justiça de Araguacema - TO. INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 109/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “b”, item 04 e alínea “c”, item 01, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e em atendimento aos requisitos constantes no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, em consonância com o Parecer Administrativo nº 029/2017, às fls. 26/31, emitido pela Assessoria Especial Jurídica deste Órgão, com fulcro no inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a dispensa de licitação objetivando a locação de imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Justiça de Araguacema - TO, por meio da locadora, Srª. Joselena Neves Mourão da Cruz, durante o período de 06 (seis) meses, bem como AUTORIZO a lavra definitiva do correspondente instrumento contratual e determino o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 08 de março de 2017.

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**DIRETORIA-GERAL****APOSTILA Nº 003/2017/CHGAB/DG**

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA e o DIRETOR GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com o parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 004, de 17 de janeiro de 2013, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

**RESOLVEM:**

Apostilar o ATO CHGAB/DG Nº 037/2016, de 20/12/2016, publicado no Diário Oficial Eletrônico do MP-TO, Edição nº 189, de 22/12/2016, bem como incluir relação de outros servidores que permaneceram de plantão durante o Recesso Natalino de 2016, observados os períodos abaixo:

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
86204	Aderson Alves de Siqueira	20 a 23/12/2016	04	Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
86208	Aderson Alves de Siqueira	20 a 28/12/2016	09	Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
40558	Edilma Maria Cavalcante Rodrigues	26 a 30/12/2016	05	6ª Procuradoria de Justiça
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
40558	Edilma Maria Cavalcante Rodrigues	23 e 29/12/2016	02	6ª Procuradoria de Justiça

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
128915	Diogo Viana Barbosa	20/12/2016 a 02/01/2017	14	9ª Procuradoria de Justiça
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
128915	Diogo Viana Barbosa	20 a 25/12/2016	06	9ª Procuradoria de Justiça

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
129415	Danilo Carvalho da Silva	20 a 23/12/2016	04	Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
129415	Danilo Carvalho da Silva	20 a 30/12/2016	11	Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
102710	Jadson Martins Bispo	20 a 23/12/2016	04	Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização

102710	Jadson Martins Bispo	20 a 23/12/2016 e 02/01/2017	05	Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial
--------	----------------------	------------------------------	----	---

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
86108	Jalson Pereira de Sousa	20 a 27/12/2016	08	Departamento de Finanças e Contabilidade
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
86108	Jalson Pereira de Sousa	20/12/2016 a 01/01/2017	13	Departamento de Finanças e Contabilidade

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
8889416	Jennifer Gomes Martiniano	20 a 29/12/2016	10	9ª Procuradoria de Justiça
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
8489416	Jennifer Gomes Martiniano	20 a 29/12/2016	10	9ª Procuradoria de Justiça

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
126014	Jonh Kened Braga	20 a 23/12/2016	04	Área de Transportes
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
126014	Jonh Kened Braga	20 a 23/12/2016 e 04 a 06/01/2017	07	Área de Transportes

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
127715	Kamille Renata da Silva	20 a 27/12/2016	08	Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
127715	Kamille Renata da Silva	20 a 29/12/2016	10	Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
82107	Marcos Gomes Santana	20/12/2016 a 06/01/2017	18	Área de Transportes
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
82107	Marcos Gomes Santana	20/12/2016 a 01/01/2017	13	Área de Transportes

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
23299	Mônica Pereira Brito	20 a 26/12/2016	07	Caop da Infância e Juventude
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
23299	Mônica Pereira Brito	20, 21, 23 a 26/12/2016	06	Caop da Infância e Juventude

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

97709	Renata de Oliveira Descardeci	20 a 28/12/2016	09	Área de Arquivo Geral
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
97709	Renata de Oliveira Pinto Descardeci	20 a 28/12/2016	09	Área de Arquivo Geral

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
126214	Rodolgo Lara Gadotti	20/12/2016 a 06/01/2017	18	3ª Procuradoria de Justiça
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
126214	Rodolfo Lara Gadotti	20/12/2016 a 06/01/2017	18	3ª Procuradoria de Justiça

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
97709	Ruth Virgílio Veloso	29/12/2016 a 06/01/2017	09	Área de Arquivo Geral
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
9891	Ruth Virgíno Veloso	29/12/2016 a 06/01/2017	09	Área de Arquivo Geral

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
71007	Sarah Cunha Porto Pinheiro	29/12/2016 a 06/01/2017	09	11ª Promotoria de Justiça de Araguaína
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
71007	Sarah Cunha Porto Pinheiro Rizo	29/12/2016 a 06/01/2017	09	11ª Promotoria de Justiça de Araguaína

Onde se lê:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
118212	Vanuce Moreira Borges	20/12/2016 a 01/01/2017	13	Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça
Leia-se:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
118212	Vanuce Moreira Borges	20 a 29/12/2016 e 31/12/2016 a 01/01/2017	12	Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça

Incluir:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
46403	Agnel Rosa dos Santos Póvoa	28/12/2016 e 02/01/2017	2	Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação
620546	Djalma Medeiros Tavares	20/12/2016 a 06/01/2017	18	Assessoria Militar
7218061	Felix Francisco dos Santos Noletto	20/12/2016 a 06/01/2017	18	Assessoria Militar
98610	Frederico Ferreira Frota	20/12/2016 a 06/01/2017	18	Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia
69607	Guilherme Silva Bezerra	22 a 23/12/2016 e 02/01/2017	03	Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação
23599	Hamilton Farias Lima Junior	20 a 22/12/2016 e 26, 27 e 29/12/2016	06	Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia
114912	João Neto Moura Rodrigues	20 a 28/12/2016	09	Sede das Promotorias de Justiça de Araguaína

Excluir:				
Matrícula	Servidor	Período do plantão	Quantidade de dias	Localização
80707	Silvério Dias Araújo	20/12/2016 a 06/01/2017	18	Sede das Promotorias de Justiça de Araguaína

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de março de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho  
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete  
P.G.J

Uiliton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J.

**EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO**

CONTRATO Nº.: 004/2009  
Processo nº.: 2009/0701/00135  
CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins  
CONTRATADO: Antônio Diógenes Rocha Galvão.  
OBJETO: Fica prorrogado o prazo do Contrato 004/2009, com término previsto para 03.03.2017, por mais 12 (doze) meses, a partir de 04.03.2017.  
VIGÊNCIA: O presente termo aditivo terá vigência de 12(doze) meses, contados a partir da data de 04/03/2017.  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação, Art. 24, X, Lei nº 8.666/93.  
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.36  
ASSINATURA: 3/03/2017  
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.  
Contratado: Antônio Diógenes Rocha Galvão.

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

## CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**ATO Nº 002/2017**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 39, da Lei Complementar Estadual nº 051/98;

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o parágrafo único, do artigo 1º, do Ato Conjunto PGJ/CGMP nº 001/2015, "o Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva terá o prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado a critério do Corregedor-Geral do Ministério Público";

CONSIDERANDO que o prazo inicial de 2 (dois) anos, fixado para execução do projeto, findará no dia 08 de março de 2017;

CONSIDERANDO que, dentre as precípuas atribuições do Ministério Público, se coloca a tutela dos direitos difusos e coletivos, materializada através da promoção do inquérito civil e da ação civil pública, nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva vem atingindo os objetivos idealizados, possibilitando que os membros do Ministério Público em estágio probatório tenham contato com os procedimentos extrajudiciais logo no início da carreira (o que permite uma atuação mais efetiva na área dos direitos difusos e coletivos) e, ainda, contribuindo para o impulsionamento dos procedimentos extrajudiciais em atraso de várias Promotorias de Justiça;

CONSIDERANDO que, até o momento, o Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva já atendeu 11 (onze) Promotorias de Justiça, das mais variadas entrâncias e em todas as regiões do Estado do Tocantins: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins, Promotoria de Justiça de Itacajá, Promotoria de Justiça de Filadélfia, Promotoria de Justiça de Almas, Promotoria de Justiça de Goiatins, 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, Promotoria de Justiça de Colmeia, Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia, 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins e 28ª Promotoria de Justiça de Palmas;

CONSIDERANDO que atualmente 07 (sete) Promotores



de Justiça Substitutos estão em período de estágio probatório, acompanhados, supervisionados e avaliados pela Corregedoria-Geral;

CONSIDERANDO que, conforme detectado nas Inspeções ordinárias realizadas pela Corregedoria-Geral em todo Estado, ainda existem Promotorias de Justiça com acervo de procedimentos extrajudiciais (notícias de fato, procedimentos preparatórios, procedimentos administrativos e inquéritos civis) em atraso, o que demanda a devida regularização;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por mais 2 (dois) anos, o Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Comunique-se a Procuradoria-Geral de Justiça.

Cumpra-se.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO,  
em Palmas, 07 de março de 2017.

JOÃO RODRIGUES FILHO  
Corregedor-Geral

#### EDITAL Nº 010/2017

#### COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Wanderlândia que, às 9h do dia 15 de maio, será instalada a INSPEÇÃO na sede da Promotoria de Justiça, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional do membro, servindo o presente para convocar o Promotor de Justiça, lotado ou que esteja respondendo cumulativamente à época, a fim de que acompanhe os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO TOCANTINS, 07 de março de 2017.

JOÃO RODRIGUES FILHO  
Corregedor-Geral

#### EDITAL Nº 011/2017

#### COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Araguaína que, às 9h do dia 16 de maio, será instalada a INSPEÇÃO na sede das Promotorias de Justiça, trabalhos que se estenderão até o dia 18, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional dos membros, servindo o presente para convocar os Promotores de Justiça, LEONARDO GOUVEIA OLHÉ BLANCK, TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO, PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA, BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO, ARAÍNA CESÁREA FERREIRA DOS SANTOS D'ALESSANDRO, AIRTON AMÍLCAR MACHADO MOMO, MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA, RODRIGO GRISI NUNES, SIDNEY FIORI JÚNIOR, VALÉRIA BUSO RODRIGUES BORGES, RICARDO ALVES PERES, ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI e PRISCILLA KARLA STIVAL FERREIRA, a fim de que acompanhem os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO TOCANTINS, 07 de março de 2017.

JOÃO RODRIGUES FILHO  
Corregedor-Geral

#### EDITAL Nº 012/2017

#### COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Gurupi que, às 9h do dia 05 de junho, será instalada a INSPEÇÃO na sede das Promotorias de Justiça, trabalhos que se estenderão até o dia 06, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional dos membros, servindo o presente para convocar os Promotores de Justiça, JACQUELINE OROFINO DA SILVA ZAGO DE OLIVEIRA, LUMA GOMIDES DE SOUZA, REINALDO KOCH FILHO, ANA LÚCIA GOMES VANDERLEY BERNARDES, WALDELICE SAMPAIO MOREIRA GUIMARÃES, MARCELO LIMA NUNES, MARIA JULIANA NAVES DIAS DO CARMO, ROBERTO FREITAS GARCIA e JUSSARA BARREIRA SILVA AMORIM, a fim de que acompanhem os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO TOCANTINS, 07 de março de 2017.

JOÃO RODRIGUES FILHO  
Corregedor-Geral

#### EDITAL Nº 013/2017

#### COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Peixe que, às 9h do dia 07 de junho, será instalada a INSPEÇÃO na sede da Promotoria de Justiça, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional do membro, servindo o presente para convocar o Promotor de Justiça, MATEUS RIBEIRO DOS REIS a fim de que acompanhe os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO TOCANTINS, 07 de março de 2017.

JOÃO RODRIGUES FILHO  
Corregedor-Geral

#### EDITAL Nº 014/2017

#### COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Formoso do Araguaia que, às 9h do dia 08 de junho, será instalada a INSPEÇÃO na sede da Promotoria de Justiça, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional do membro, servindo o presente para convocar o Promotor de Justiça lotado ou que esteja respondendo cumulativamente à época, a fim de que acompanhe os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO TOCANTINS, 06 de março de 2017.

JOÃO RODRIGUES FILHO  
Corregedor-Geral

## 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).  
PORTARIA Nº.: 081/2015/6ªPJ  
INVESTIGANTE: Airton Amilcar Machado Momo, Promotor de Justiça.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório 81/2015

FATO(S) EM APURAÇÃO: que o enfermeiro Cristiano dos Santos Costa, no ano de 2011, acumulou indevidamente três cargos públicos em Municípios distintos, todos com carga horária de 40 horas semanais, havendo incompatibilidade de horários e lesão ao erário; INVESTIGADO(S): Cristiano dos Santos Costa/ servidor público e coordenador de enfermagem do SAMU, em Araguaína/TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 03 de março de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato 048/2013 a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 084/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: Ailton Amilcar Machado Momo, Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 036/2016.

FATO(S) EM APURAÇÃO: refere a irregularidades na administração da Fundação de Atividade Municipal Comunitária de Araguaína – FUNAMC – entidade autárquica municipal, e que os gestores da referida Fundação, no período de 2013 a 2016, estariam desviando recursos provenientes de mensalidades pagas por empresas funerárias que atuam no Município, além do uso indevido de veículo público para fins particulares, com indicativo de lesão ao erário; INVESTIGADO(S): Município de Araguaína/TO e FUNAMC- Fundação de Atividade Comunitária de Araguaína/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 02 de março de 2017.

### 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA IC Nº.: 009/2016.

INVESTIGANTE: Dra. ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI – 12ª Promotora de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88, art. 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei n° 8.625/93; art. 8º, §1º da Lei 7.347/85.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposto desmatamento irregular no Assentamento Gurgueia, Caju Manso II, no município de Araguaína/TO.

INTERESSADO(S): A COLETIVIDADE, LUCILEIA DIAS DA COSTA DUARTE e MORADORES DO ASSENTAMENTO GURGUEIA, CAJU MANSO II.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 06 de março de 2017.

### 23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

#### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo

ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA ao senhor RUI MANOEL MOREIRA DE BARROS, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos de Notícia de Fato nº 2016.6.29.23.0130, Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Palmas-TO, aos 08 de Março de 2017.

### 28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 058/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 052/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2016/13952.

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar eventual liberação de veículo automotor sem que estivesse em condições de circulação e possível ausência de recolhimento de multa de trânsito.

INVESTIGADO(S): Manoel Messias Dias Pinto.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 02 de março de 2017.

ADRIANO NEVES  
Promotor de Justiça

### 30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil público, nº 2017.3.29.30.0051 (Autos nº 2017/3670), a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 02/2017.

INVESTIGANTE: Marcos Luciano Bignotti.

FUNDAMENTOS: art. 129, III da Constituição Federal e artigo 8º, § 1º, da Lei Ordinária 7.347, de 24 de julho de 1985 e legitimado no artigo 1º, inciso VIII c/c artigo 5º inciso I, ambos do referido estatuto infraconstitucional.

ORIGEM: o presente procedimento foi deflagrado em decorrência do teor da Notícia de Fato nº 2016.6.29.30.0280 (Autos nº 2016/7647), informando a ocorrência de supostas irregularidades no âmbito da Federação Tocantinense de Basketball, presidida pelo Sr. Maurício Fregonesi, dentre as quais: A federação não cumpre com suas obrigações estatutárias e omite informações.

FATO(S) EM APURAÇÃO: investigar supostas irregularidades cometidas pelo atual presidente da entidade, Maurício Fregonesi, sobretudo o não cumprimento dos dispositivos do estatuto da Federação Tocantinense de Basketball.

INVESTIGADO(S): Maurício Fregonesi.

Palmas /TO, 08 de março de 2017.

MARCOS LUCIANO BIGNOTTI  
30º Promotor de Justiça da Capital

## 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 06/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 06/2017

INVESTIGANTE: 8.ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Tutela Coletiva – Patrimônio Público

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Matéria Jornalística

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, consistente em restrição de competitividade em procedimento licitatório e malversação de dinheiro público pela Câmara Municipal de Gurupi/TO, no exercício de 2017, consistente em locação desvantajosa de automóveis, cujo valor anual contratado é suficiente para aquisição de uma frota de veículos novos.

REPRESENTANTE: De Ofício

REPRESENTADO: Câmara Municipal de Gurupi

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 07 de março de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 06/03/2018.

## 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 005/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: NF 105/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: Violação de direitos e riscos das crianças Emilly Vitória e Mª Eduarda, filhas de Elaine da Silva Mendes e Antônio Luiz Fernandes da Silva.

INVESTIGADO (S): Elaine da Silva Mendes

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 16 de fevereiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 006/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: NF 047/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: Menor ausente da escola, agressivo e

usuário de drogas – Guilherme Rodrigues Sampaio.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 21 de fevereiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 007/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: NF 002/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Infrequência escolar de Gleyson Alves dos Santos e Kleyton Vieira dos Santos.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 21 de fevereiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 008/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: NF 006/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Mau comportamento e ausência escolar de Katerine Castro Alves.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 21 de fevereiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 009/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: NF 103/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: Violação de direitos e risco da adolescente Geovana Lyssa Borges Brito.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 22 de fevereiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 010/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).



ORIGEM: NF 010/2017

FATO(S) EM APURAÇÃO: Violação de direitos e risco do adolescente Guilherme Rodrigues Jorge.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 22 de fevereiro de 2017.

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 012/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Acórdão 145/2010, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar os apontamentos feitos no Acórdão 145/2010, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que julgou irregular a prestação de contas da Prefeitura de Pequizeiro/TO referente ao exercício de 2007, imputando débito solidário na monta de R\$ 7.220,00 (ste mil, duzentos e vinte e dois reais) a JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA (ex-prefeito), ELZIMAR LIMA DE MORAES (ex-secretário de administração e finanças) e MARCOS ANTÔNIO RAMOS (ex-responsável pelo controle interno), além de lhes aplicar multas individuais.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colméia/TO, 31 de outubro de 2016.

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTE ALTA

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.: 16/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO  
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61,

I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Relatório de Vistoria nº 055/2012.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar prática de degradação ambiental ocorrida na fazenda Brancana, consistente na destruição de 7,80 ha de área de preservação permanente.

INVESTIGADOS: Raul de Jesus Lustosa Filho e outros.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 23 de fevereiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.: 17/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO  
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 17/2016.

FATOS EM APURAÇÃO: Averiguar possível prática atentatória aos direitos básicos dos consumidores perpetrada pela empresa de Telefonia OI/S.A no município de Pindorama do Tocantins/TO.

INVESTIGADOS: OI/S.A.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 23 de fevereiro de 2017

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.: 17/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO  
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 1.36.000.000.200/2011-15, proveniente do Ministério Público Federal.

FATOS EM APURAÇÃO: Averiguar os danos provenientes de degradação ambiental na fazenda Visconde de Ariró, decorrente da extração ilegal de cascalho por parte de Cleyton Maia Barros e Geraldo Pereira da Silva Filho

INVESTIGADOS: Geraldo Pereira da Silva Filho e outros.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 24 de fevereiro de 2017



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



www.mpto.mp.br



ouvidoria@mpto.mp.br

